

Proposta é conseguir desconto

Miriam Leitão

O Brasil será o primeiro país endividado a propor aos bancos credores o reconhecimento do deságio (desconto) dos títulos da dívida para, desta forma, pagar juros apenas sobre uma parte. Essa ideia que vinha sendo defendida ultimamente por membros do governo e por alguns especialistas internacionais consta da proposta de negociação da dívida externa brasileira, que está praticamente pronta e será apresentada aos bancos na segunda quinzena deste mês.

A ideia do reconhecimento do deságio consta na parte chamada de "não convencional" da proposta de negociação. Em outros itens, os negociadores brasileiros vão propor o que já vem sendo anunciado pelo governo desde o Plano Macroeconômico: o refinanciamento de um total de US\$ 7,2 bilhões em 1987 e 1988 e o polêmico spread zero.

Os negociadores brasileiros — entre eles o consultor para a dívida Fernão Bracher; o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, o chefe da assessoria

econômica Yoshiaki Nakano e o assessor internacional Rubens Barbosa — estão desenvolvendo fórmulas técnicas para transformar em realidade a ideia do aproveitamento do deságio pelo país-devedor: uma das fórmulas é anunciada pelo presidente José Sarney ao JORNAL DO BRASIL:

O país pagaria juros sobre uma parte da dívida e sobre a outra parte seriam emitidos bônus resgatáveis a longo prazo. Outra fórmula seria o simples pagamento de juros inferiores aos cobrados pelo mercado, como um reconhecimento tácito de que o valor real da dívida é menor do que seu valor de face, explicou um formulador da proposta.

— O deságio é hoje uma realidade no mercado secundário — lembra outro membro da equipe de formuladores. Os papéis da dívida brasileira são negociados a 55% do seu valor de face, demonstrando a desconfiança do mercado sobre a viabilidade de serem cobrados os créditos dos bancos com o Brasil. "Nos processos de conversão de dívida em vários países, o deságio já é uma realidade, falta sê-lo

para a dívida em geral", explicou o funcionário.

A pergunta que se faz no governo para explicar esta decisão é por que o Brasil pagaria juros sobre uma dívida total de US\$ 100 bilhões (que o mercado de certa forma considera impagável) e, se comercializado, cada dólar é vendido por 55 centavos de dólar. "Precisamos nos apropriar de parte desse desconto", diz uma fonte.

O ministro Bresser Pereira disse recentemente que os bancos não estavam preparados para entender essa mudança indicada pelo mercado na negociação da dívida. Apesar disto vem alimentando há anos a convicção de que o processo de desvalorização da dívida poderia acabar beneficiando os países credores. Tanto que, quando o presidente do Citicorp no Brasil, Michael Kelland, foi explicar a decisão do maior credor de fazer provisões, Bresser, ao contrário de alguns dos seus assessores, achou que era uma boa notícia. E com franqueza disse isso ao executivo do Citicorp:

— Ótimo. Esta notícia mostra que vocês concordam com a nossa tese de que essa dívida é impagável.